

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 24.179/2021, do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, e dá outras providências.

Não há expediente a ser anunciado; não há manifestações de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Horário Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos. (Pausa)

Com a palavra o representante do PSOL, para falar o indicador orador, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Já aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 2 minutos.

**O Sr. HILTON COELHO:** O.k..

Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr. Presidente, trabalhadores da imprensa que acompanham esta sessão, acho que nós estamos em um dia muito importante, Sr. Presidente, porque é o dia posterior à divulgação do relatório da CPI no Senado, relacionado à Covid-19, que nós já esperávamos, porque todo o Brasil acompanhou, de maneira muito atenta, deputado Marcelino Galo, o que foi essa CPI, os elementos que ela revelava, todo o requinte de crueldade, porque ficou evidente que no Brasil nós passamos por uma experiência que só pode ser comparada às experimentações nazistas que aconteceram em contexto de guerra. Aqui não! Na frieza da falta de escrúpulos, este governo teve a coragem de testar de maneira generalizada com o nosso povo, testar

a perspectiva de que esse povo servisse como uma experiência em que a imunidade de rebanho fosse afirmada como um método de enfrentamento à Covid-19.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É esta a principal conclusão que nós podemos perceber ao final do relatório da CPI, que torna, inequivocamente, de maneira incontornável, este governo um governo criminoso, que não pode continuar a condução do nosso país, Sr. Presidente. Por isso acho que o relatório que saiu ontem, um relatório que, obviamente, não vai conter todos os elementos de enfrentamento à Covid, até porque o Brasil...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foi o pior país do mundo no enfrentamento à Covid, mas ele é bastante...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputado.

**O Sr. HILTON COELHO:** Para concluir, Sr. Presidente.

Ele é abundantemente suficiente para dizer que basta.

Fora Bolsonaro e Mourão!

E quem dará a decorrência prática disso que se provou nos debates do parlamento, aos olhos de toda a sociedade brasileira, com certeza vão ser as ruas. Todos que cheguem à conclusão a que nós chegamos aqui, que são óbvias, precisam agora botar o pé na rua, encher as ruas deste país e dizer um basta a este governo ultraliberal e, acima de tudo, um governo neofascista e genocida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, por 5 minutos, falará o deputado... Aliás, por 7 minutos, falará o deputado Marcelino Galo e, por 5 minutos, eu vou...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputado Marcelino Galo por 7 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 5 minutos, falará o pastor Carlos Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): E, por 5 minutos, falará o pastor Carlos Ubaldino.

**O Sr. MARCELINO GALO LULA:** Bom, então, inicio fazendo uma saudação especial ao deputado Paulo Rangel, que preside esta Casa interinamente. E, ao longo da história, este partido, que sempre teve a maioria do número de deputados nesta Casa, hoje, tem a honra, mesmo que interinamente, de ter na presidência um deputado dos mais experientes, um deputado dos mais competentes que eu conheci e com quem tenho a oportunidade de conviver e aprender no exercício parlamentar; um companheiro afável, amigo, que não mistura a relação política – nós sabemos que é uma relação muito dura – com o dia a dia, sabendo respeitar, sabendo conviver de forma civilizada. Então, é uma alegria muito grande, é uma honra ter aqui, conviver, neste momento, com um deputado do quilate de Paulo Rangel presidindo esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que, hoje, pela manhã, ocorreu uma sessão da Justiça, no município de Piatã. Ali foi julgada uma liminar de um juiz que julgou de forma positiva e garantiu aquela liminar que suspendia a supressão de vegetação de mil hectares numa área estratégica de funcionamento da natureza, de uma área de recarga da bacia do Paramirim e da bacia do Paraguaçu. E veja que nós estamos vivendo uma crise hídrica, praticamente no mundo e, de forma severa, neste país. E o Rio Paraguaçu é um rio que vem do Semiárido, nasce no Semiárido e, contraditoriamente, vem abastecer uma cidade no litoral, uma cidade que tem excesso de água. Mas essa foi a alternativa que foi construída para abastecer a região metropolitana.

Então, nós não podemos com essa ação de fazer supressão de vegetação, de fazer área de armazenamento para fazer irrigação da cultura da batata, porque todo mundo sabe que destrói solos com a intensidade de exploração, que destrói recursos hídricos, e contamina.

Então, o juiz atuou de forma correta, mas há a possibilidade de isso ser revisto. E nós não podemos consentir porque é uma irresponsabilidade, é um crime, também estrategicamente. Veja o abastecimento da cidade de Salvador, o abastecimento da Barragem de Pedra do Cavalo. Porque água não nasce em barragem, água nasce no ciclo natural. E, para haver água, precisa haver vegetação. E aquele município sofre uma agressão brutal pelos efeitos da mineração e pelos efeitos do agronegócio, que não vão trazer felicidade nem bem-estar para o povo, ao contrário, comprometendo, de forma severa, até a cidade de Salvador.

E nós tivemos a oportunidade de visitar aquele município com a frente parlamentar. O deputado Hilton Coelho esteve presente e pôde ver, na comunidade, que a gente passava a mão nas hortas, na área de produção da subsistência daquela comunidade, e era só pó contaminante, resultante da mina de ferro, com explosões diárias, com impacto sobre aquela comunidade de Bocaina, o que torna inviável a permanência daquela comunidade secular.

Nós temos que ter desenvolvimento, sim, mas não destruindo os nossos povos tradicionais, não destruindo as nossas comunidades originárias, aqueles que aqui estavam e merecem todo o nosso respeito.

Portanto, é preciso que a gente regule, é preciso que esta Casa assuma a sua responsabilidade, porque o que ocorre em Piatã é criminoso e é uma covardia. Uma comunidade está se submetendo a um processo de agressão desproporcional, porque nós temos de coibir a forma como se dá aquela exploração. E todo mundo sabe aqui que a exploração mineral causa altos impactos, é severa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a sua atuação na natureza. E é preciso que a gente compense aquela comunidade, é preciso que a gente proteja aquela comunidade.

É isso, Sr. Presidente. Boa sorte neste curto período em que vai exercer a presidência. E, hoje, quero saudar também o governador do estado em exercício.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Este Parlamento está em alta com o deputado Adolfo Menezes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Carlos Ubaldino pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. CARLOS UBALDINO:** Meu amigo e mui digno presidente Paulo Rangel, que Deus permita a meus olhos contemplar V. Ex.<sup>a</sup> sentado, presidindo esta sessão com muito equilíbrio, com muita prudência e com muita experiência.

Meu amigo Rosemberg, companheiro de longas datas nesta Casa, desde o tempo de Zé Raimundo, Waldenor Pereira e outros.

E eu quero falar, de um modo geral, à imprensa que nos prestigia com as suas valiosas e magníficas presenças.

Foi do conhecimento de todos que há 15 dias, 18 ou 15 dias, eu fui acometido por um infarto agudo. Esse foi o relatório. E, no momento, eu não pedi a Deus para viver ou morrer. Eu pedi a Ele para fazer a Sua vontade, pois a minha consciência estava livre.

E, hoje, eu venho de público aqui, a esta Casa, a esta tribuna, externar para todo o povo da Bahia o meu gesto de gratidão. Eu fui alcançado pelas orações de todo o estado da Bahia; o pessoal que compõe a Taquigrafia desta Casa, eu quero abraçá-los; meu amigo, o companheiro Aderbal.

E eu tenho certeza de que nesta Casa, que é uma caixa de ressonância, reina a amizade, a fraternidade, o apreço, o respeito, o carinho, e isso é bom entre os nossos pares. Às vezes temos as nossas divergências, mas, como a Bíblia diz, tudo se conclui para o bem daqueles que amam e servem a Deus.

Neste momento, eu quero aproveitar e parabenizar o nosso mui digno governador em exercício, Adolfo Menezes, que está assumindo o lugar do nosso governador Rui Costa. Que ele possa ser bem-sucedido nesses dias em que está ali, e receba o nosso gesto de solidariedade.

Mas eu não poderia deixar de agradecer a todos os irmãos e pastores e amigos do estado, porque as nossas linhas telefônicas constantemente recebiam um gesto de carinho, de incentivo, de motivação: “Ele vai sair dessa.” “Nós precisamos ainda de Ubaldino.”

E hoje eu estou aqui, voltando o meu gesto de agradecimento, de um modo generalizado, a todos os baianos, a todas as baianas que oraram por mim, que lembraram do nome Ubaldino depois de 15 anos nesta Casa, construindo projetos, aprovando projetos que vêm ao encontro das necessidades do povo da Bahia.

E aproveito o ensejo para lembrar ao nosso governador que a nossa BR-349, de Olindina a Itapicuru...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e de Itapicuru a Lagoa Redonda, se encontra em estado deplorável. E que V. Ex.<sup>a</sup>, que sempre teve o carinho e o voto do povo daquela terra, volte os seus olhos com carinho, com apreço, para atender ao sofrimento daquela gente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado. Srs. Parlamentares.

Esta é a nossa saudação.

Um abraço e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, pelos 5 minutos iniciais, Carlos Geilson; e pelos 5 minutos finais, deputado Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Carlos Geilson, por 5 minutos.

**O Sr. CARLOS GEILSON:** Sr. Presidente, deputado Paulo Rangel, Srs. Deputados e Deputadas, desejar boa sorte ao presidente desta Casa, de forma interina,

meu caro amigo Paulo Rangel, como também desejar boa sorte ao governador interino deste estado, o querido deputado Adolfo Herculano Menezes.

Srs. Deputados e Deputadas, a Viabahia, além de prestar um serviço muito ruim, também é caloteira. Senão, vejamos, a Viabahia tem um débito com a União por penalidades impostas pelo descumprimento de contrato de mais de R\$ 8 milhões e 600 mil. Isso mesmo! Isso mesmo! Por descumprimento de contrato, penalidades que somam mais de R\$ 8 milhões e 600 mil.

Esse valor foi revelado pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres após publicação de portaria no dia 14 de outubro de 2021.

Além de não cumprir praticamente todo o contrato de concessão, a Viabahia ainda não paga as multas impostas pelas inúmeras irregularidades apontadas em relatório da ANTT. O que traduz ser uma empresa caloteira.

Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, a portaria da ANTT também estabelece prazo para que a Viabahia promova as correções necessárias ao cumprimento do contrato e que deram origem à publicação de inúmeras multas já transitadas em julgado, mas que ainda não foram pagas.

Vejam, senhores e senhoras, a Viabahia já foi condenada, as multas já foram julgadas e até agora a empresa ainda não pagou.

Segundo a portaria da ANTT, a Viabahia deverá entregar à Unidade Regional da Bahia, em 30 dias, um plano de trabalho contemplando as obrigações previstas no contrato de concessão das BRs 324 e 116, além das BAs 526 e 528.

Esse plano de trabalho, segundo a ANTT, deverá apresentar escala de tempo/mês de percentual previsto na execução mês a mês. Ou seja, caso a Viabahia não realize as correções nos prazos previstos nessa portaria, a expectativa é de a concessionária, segundo a execução, não cumprir o contrato, o que vai embasar o governo federal no rompimento do contrato.

Além de prestar um serviço muito ruim, conforme está atestado, conforme observa quem transita pelas BRs e pelas BAs de concessão da Viabahia e também pode testemunhar que esses serviços ruins condenados pelas multas aplicadas... multas que foram referendadas, depois de julgadas pela Justiça, e ainda não foram pagas pela empresa. O que nós esperamos é que, agora, o governo federal tenha as condições necessárias para poder romper...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de forma unilateral esse contrato.

Encerrando as minhas palavras, estou vendo aqui... A máscara engana, mas, se não estou enganado, é o deputado Álvaro Gomes. Companheiro, nós fomos a Cuba, onde eu pude aprender um pouco mais do comunismo, e quero dizer o seguinte: “É muito bom viver no Brasil. Em Cuba, é barril, companheiro.”

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado José de Arimateia.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:** Paulo Rangel! Presidente, está me ouvindo?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Estou ouvindo.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:** Sr. Presidente, primeiro, desejo sucesso a V. Ex.<sup>a</sup> nesses dias que V. Ex.<sup>a</sup> vai estar à frente da Presidência desta Casa. Que Deus o abençoe e que Deus lhe dê a direção.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer o registro. Estou aqui na cidade de Juazeiro, cheguei hoje, por volta das 10 horas, para participar de um evento importantíssimo que foi a assinatura – deixe-me só pegar aqui Sr. Presidente do Canal do Sertão Baiano, que agora não vai mais ser um sonho, vai ser uma realidade.

O ministro Rogério Marinho esteve aqui ao lado do presidente da Codevasf, Marcelo. Estava presente também o deputado estadual Tum; o ex-deputado, que foi prefeito desta cidade, Jorge Khoury, que é presidente do Sebrae e do comitê de bacias



do Nordeste; o prefeito de Várzea da Roça e vários vereadores. Foi um ato marcante, Sr. Presidente, porque é um sonho, é o sonho de mais de 1 milhão de baianos com a realização da transposição do Rio São Francisco que será agora, sim, de fato e de verdade, uma realidade.

O lançamento da licitação foi assinado hoje pelo ministro Rogério Marinho, a licitação dos estudos ambientais e projetos básicos do Canal do Sertão Baiano. Nesta jornada das águas, o ministro Rogério Marinho está visitando todo o Nordeste e está realmente tirando da gaveta obras que estavam há tantos anos paradas, só no papel, e agora vão se tornar realidade. Então, não poderia deixar, neste momento, Sr. Presidente, de fazer um registro, nesta tarde, nesta sessão tão importante para os Srs. Deputados.

Agora, eu espero que haja a mobilização dos deputados que representam cada região. São 44 municípios que serão beneficiados com esse projeto, mais de 1 milhão de famílias vão ser atendidas. Estava presente também a prefeita da cidade de Juazeiro e foi um momento de festa. Foi um momento marcante. E eu tenho certeza de que quem ganha com isso é o povo da Bahia, porque a transposição do Rio São Francisco já é realidade em alguns estados do Nordeste e a Bahia ainda não tinha sido contemplada.

Mas, graças a Deus, e aqui eu quero parabenizar a iniciativa do governo federal em ter a humildade de concluir obras inacabadas que hoje existem no Nordeste e no Brasil. Essa é uma bandeira muito positiva porque o dinheiro público precisa voltar em benefício para a população. Não adianta fazer obras ou fazer projetos só para fazer anúncios, dizer que vai fazer e não faz, porque quem perde com isso é a população.

Então, está de parabéns o ministro, que é nordestino, Rogério Marinho, de ter comparecido, nesta manhã, à cidade de Juazeiro, trazendo essa boa notícia para os baianos. Vai ser uma boa notícia para o agricultor, para as famílias de baixa renda, vai ser uma riqueza que nós vamos ter aqui na nossa região de Juazeiro e nesses 44 municípios.

Então, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar por esse ato. É um momento de alegria, um momento de aplaudir iniciativas como essa, independentemente de questões partidárias. Era um projeto que há mais de 13 anos estava na gaveta e agora saiu da gaveta para ser concluído.

E temos a certeza de que dias melhores virão, porque agora vamos acompanhar passo a passo, e vamos já nos preparar para a inauguração desse sonho que já é realidade para o povo baiano.

Era isso que eu gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente. E, mais uma vez, quero dizer para a Bahia, dizer para os 44 municípios do Sertão baiano que o Canal do Sertão Baiano agora vai ser realidade.

Que Deus abençoe a Bahia! Que Deus abençoe o Brasil!

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por todo o tempo, falará o deputado José Raimundo, lá da cidade de Vitória da Conquista e de toda a região Sudoeste do estado da Bahia, dividindo, obviamente, com o deputado Fabrício.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Zé Raimundo, por 12 minutos.

**O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:** Sr. Presidente, nobre colega deputado Paulo Rangel, colegas deputados, deputadas, os que nos assistem pelas redes sociais, pela *TV ALBA*, imprensa.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para, rapidamente, trazer um cenário, trazer alguns pontos que, a nosso ver, devem mobilizar a opinião pública brasileira, devem mobilizar as ações partidárias.

Realmente, ontem, o Brasil assistiu de forma mais, eu diria, sentida, emotiva, ao significado dessa tragédia brasileira que foi a Covid-19. Tragédia agravada em função da forma como o Brasil enfrentou essa crise, totalmente irresponsável, por parte do presidente da República.

O Brasil que já vinha sofrendo com o golpe que deram na presidente Dilma, o Brasil que já vinha se arrastando no desenvolvimento econômico, com os péssimos índices de indicadores sociais, a partir da destruição das conquistas do Lula e da Dilma, se agravou, se aprofundou em termos de destruição da vida das pessoas, com o desemprego, o fechamento de empresas, o corte de programas sociais na área da educação e da saúde, a estagnação do Nordeste.

Acabamos de ouvir, inclusive, um nobre colega deputado falando de obras paradas na Bahia e no Nordeste. Obras que vinham funcionando nos governos Lula e Dilma e que, a partir do Temer, foram completamente jogadas para o lado do desenvolvimento econômico. E que tudo isso trouxe esse quadro de desalento que o Brasil vive, esse quadro de destruição que o Brasil vive hoje.

Mas, Sr. Presidente, ao lado daqueles dados que a CPI colocou ontem, mostrando o desgoverno, a destruição do nosso parque industrial farmacêutico, a dependência econômica do Brasil, nós também começamos a perceber um certo potencial para as mudanças que o Brasil vai precisar enfrentar. E aí não podemos deixar de reconhecer a grande força do significado da volta do presidente Lula ao cenário político nacional.

O Lula esteve na Bahia, esteve no Nordeste, o Lula está fazendo reuniões com as forças vivas do Brasil, com empresários, com os trabalhadores, com os partidos que não aceitam esse quadro de dependência do Brasil e o Lula vem se reunindo, inclusive, com os deputados federais e estaduais do PT. Agora mesmo, nessa semana ainda, teremos uma reunião com o presidente Lula, todos os deputados estaduais do Brasil. Nós vamos, Sr. Presidente, fazer, realmente, uma agenda para retomarmos o

desenvolvimento deste país. Nós vamos fazer uma agenda para reconstruir o Brasil. É isso que o Lula vai fazer, tenho absoluta convicção.

E mais do que a vontade de Lula e do PT, hoje, a gente sente, em setores empresariais, setores médios, que eles foram enganados pela grande mídia, que foram enganados pelas *fake news*, como, aliás, nas últimas eleições também, nas eleições municipais. As *fake news* espalharam mentiras que acabaram convencendo a população. Mas, gradativamente, a consciência e a razão vêm sendo retomadas no eleitor brasileiro e o Lula já desponta com um grau de confiança, de seriedade, de respeito que sempre teve com o povo brasileiro.

Mas, além do Lula, nós estamos vendo essa energia positiva também na Bahia. Aliás, eu queria dizer, Sr. Presidente, caro presidente Paulo Rangel, que o presidente Bolsonaro, quando vem à Bahia, só vem inaugurar obra do PT e do governo. Ele esteve em Vitória da Conquista para inaugurar o Aeroporto Glauber Rocha. Dois ministros do Bolsonaro estiveram lá agora para fiscalizar, para supervisionar uma grande obra que começou ainda com o prefeito Guilherme e com Wagner, que é a Case, o centro de ressocialização, de R\$ 26 milhões. Ele esteve em Tanhaçu e em Ituaçu para fazer a concessão da Fiol. Ora, presidente, a Fiol que foi de Lula, Dilma e a concessão de R\$ 39 milhões numa obra de quase R\$ 5 bilhões. Ele vai ao São Francisco, da mesma forma, para inaugurar canais que a Dilma começou.

Então, na verdade, o presidente Bolsonaro, na Bahia, é sem obras e sem votos, repita-se, sem obras e sem votos! O que ele tem mesmo é ignorância, agressividade, violência, é isso que ele tem. Mas o povo, ao seu momento, democraticamente, saberá responder, se até lá não houver a possibilidade, inclusive, do seu impedimento, ou seja, da cassação do mandato dele, Sr. Presidente, um impedimento que tem outros processos também.

Mas, enquanto o Brasil vivencia esse quadro da pandemia, melhor, da CPI da Pandemia, ontem, ali também, pelos depoimentos das pessoas, a gente viu um

sentimento de humanidade, fraternidade, solidariedade, sentimento que brotou nesta crise. E é com este sentimento que nós iremos fazer o debate do próximo ano.

E na Bahia, Sr. Presidente, olhe que curioso, o governador Rui Costa está na China; o vice-governador João Leão também saiu, viajou. Isso acontece a ponto de V. Ex.<sup>a</sup> assumir a Presidência interinamente da ALBA, porque o nosso presidente está lá, na Governadoria.

E o que é que o nosso governador e o nosso vice-governador estão fazendo? Buscando investimentos internacionais, uma tarefa que deveria ser do presidente Bolsonaro. Mas ele, Bolsonaro, é mal visto. Aonde ele vai, é igual. Aqui, eu não posso usar o termo, porque seria preconceituoso. Mas ele é um espalha brasas, pois onde ele chega, espalha brasa. Não tem a capacidade de reunir apoios internacionais.

Por isso, Rui, o vice-governador e os governadores do Nordeste estão criando alternativas para reinserir o Brasil no mercado internacional tão competitivo. E com a China de olho na gente, e com a China, que já é o segundo país... já é, praticamente, o primeiro país a investir no Brasil. Os dados são, mais ou menos, esses aí que indicam.

Então, Sr. Presidente, na verdade, nós não temos um governo nem para cuidar do Brasil internamente, porque não cuidou da pandemia, nem para fazer as relações internacionais e de reinserção do Brasil na economia nacional. Mas, na Bahia, não, na Bahia, Rui trabalha, estamos trabalhando.

Quero dizer, Sr. Presidente, muito humildemente também que o meu mandato e o do deputado Waldenor estão trabalhando na região, em Vitória da Conquista e em todo o Sudoeste. Agora mesmo, com emendas minhas e as de Waldenor, nós estamos construindo aguadas, limpando barragens, construindo extensão de poços de água para dar sustentabilidade às nossas comunidades, fazendo planos de saneamentos ambientais. Foram 17 planos que nós fizemos. Emenda de Waldenor, contrapartida nossa, do governo do estado, para preparar os municípios a

enfrentarem a crise ambiental, a crise de abastecimento, e fortalecer a condição de vida da população.

Mas é claro que as ações do governador Rui Costa, dos nossos mandatos, dos nossos vereadores, dos nossos prefeitos serão insuficientes, porque a crise é estrutural. A pobreza aumenta. É necessário, portanto, antes de se discutir as eleições, candidaturas e coligações, enfim, dentro do possível, chapa de candidatos, é preciso que a gente clarifique o que a gente quer com a política.

E não há um caminho para o Brasil se nós não retomarmos, de forma democrática, o governo, discutirmos as estruturas sociais injustas, as desigualdades, e levantarmos bandeiras novas, bandeiras que possam efetivamente, eu diria, retomar minimamente o estado de bem-estar social.

E aí, Sr. Presidente, não há nenhuma alternativa a não ser a mobilização social, a tolerância, a discussão e a congregação das forças humanitárias, das forças que querem, efetivamente, um país mais justo, sem racismo, sem preconceito, sem miséria e sem fome.

E o Lula voltou a dizer o que ele quer, ou seja, a revolução que o Lula quer fazer, que o PT quer fazer, que os partidos aliados querem fazer, que, até mesmo, os partidos de centro... Eu tenho certeza de que virão. A revolução é aquilo que está na Constituição brasileira: democracia, justiça social e, principalmente, um programa que não deixe o Brasil fora da história porque, se continuar assim, inclusive a burguesia brasileira...

Mas me parece que já até o agronegócio, o presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, Marcello Brito, claramente é contra Bolsonaro, é contra a destruição da Amazônia, é contra a entrega das riquezas dos recursos naturais.

Ontem mesmo, numa bela entrevista do presidente da Natura, ele dizia que é burrice, é loucura querer destruir a natureza em função de um mercado ligeiro. O mercado tem que ser lento, o mercado tem se prolongado, até para que as gerações possam usufruir do desenvolvimento econômico.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

Por isso, Sr. Presidente, é com muita esperança que a gente está retomando essas sessões semipresenciais. E, a partir de hoje, nós vamos estar aqui todas as semanas discutindo e trazendo ideias para que a gente possa fortalecer o Partido dos Trabalhadores, fortalecer os nossos partidos aliados, fortalecer este bloco humanista, social e social-democrata que quer um Brasil para todos os brasileiros.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Falarão, por 5 minutos, o deputado Prisco; e os outros 5 minutos, o deputado Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Prisco pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Sr. Presidente, demais membros desta Casa, venho falar, Sr. Presidente, sobre o retrato em que se encontra a segurança pública no estado da Bahia.

O governo do estado encaminhou o projeto de lei para esta Casa alterando a carreira dos policiais militares na questão de um concurso interno para sargento. Ora, existe na mão do governador do estado, desde 2014, um plano de carreira do soldado ao subtenente de alcance da carreira das praças, em que não haverá nenhuma guerra interna da corporação.

Agora, o governador do estado encaminha para esta Casa um projeto que vai criar um grande transtorno dentro da corporação, não respeitando a questão da antiguidade em que um soldado vai poder fazer um concurso interno para sargento, sendo que essas vagas poderiam ser por antiguidade.

Nada contrário ao concurso interno. Mas se o governador seguisse aquilo que foi debatido no passado, foi criado na mesa de negociação, uma aceleração na graduação, poderia, sim, haver as duas coisas e, sim, o concurso interno. Mas, infelizmente, o governador assim não quer, só quer tumultuar dentro da corporação e nada fazer.

Este é o retrato que está a segurança pública hoje na Bahia: a violência tomando conta e o governo do estado nada faz em prol da categoria. Na área de serviço público são quase 7 anos sem reajustes em salários e proventos dos servidores. Na LDO, que está para ser votada nesta Casa, tem quase R\$ 900 milhões só para propaganda; enquanto o servidor público vai amargar mais 1 ano sem reajuste.

Fico impressionado em ver a própria Bancada do Governo nesta Casa nada fazer para se manifestar em relação a esta situação que está vivendo hoje a segurança pública.

Na Polícia Civil temos a Lei nº 11.370, que foi aprovada em 4 de fevereiro de 2009. Já são 12 anos para ser regulamentado o art. 46 e tornar o salário da Polícia Civil em nível superior! E esta Casa não o faz.

Cadê os parlamentares que sempre defenderam os servidores públicos? Eles, agora, estão na Base do Governo e esqueceram.

Quanto à Polícia Penal, é a mesma coisa!

Tramita, nesta Casa, a PEC, uma proposta de emenda à Constituição que foi assinada por este deputado, que está na CCJ, e até hoje não indicaram o relator. Em quase todo o Brasil a realidade dos agentes penitenciários, que hoje são polícias penais, é uma realidade. Só na Bahia o governo do estado nada faz. Nem mesmo um segmento da área da segurança pública o governo do estado melhora. Nem na Polícia Militar, nem no Corpo de Bombeiros, nem na Polícia Penal, não se torna uma realidade que a PEC, nem uma lei aprovada há 12 anos, da Polícia Civil, este governo do estado quer melhorar.



Por isso, está a Bahia derramada em sangue; a violência do jeito que está, o tráfico tomando conta e todo o povo da Bahia sofrendo.

Mas este tempo está chegando ao fim. Em outubro do ano que vem, com certeza, a Bahia estará livre desta incompetência na segurança pública. Há a *fake news* que, mais uma vez, o secretário da Segurança Pública, por sua incompetência, não consegue combater a violência, vai para a mídia, numa chacina que teve no bairro do Uruguai, no paredão, e vem, mais uma vez, culpar o governo federal, falar da política armamentista.

Secretário, pede para sair porque está feio demais, porque não é por causa de liberação de armas, de pessoas e profissionais, de atiradores, do CAC, que, para conseguir este armamento, passam por curso, pois a dificuldade de documentação é horrível. Não é por isso. A violência na Bahia está aumentando por incompetência de pessoas como você, que está ostentando o cargo de secretário da Segurança Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ROBINHO:** Envio o meu desejo de boa tarde a todos os colegas presentes, ao meu presidente Paulo Rangel, motivo de satisfação.

Eu quero falar de uma audiência pública que tivemos em Teixeira de Freitas sobre o possível retorno da Estrada de Ferro Bahia e Minas, onde estavam presentes deputados mineiros e o presidente da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, deputado João Leite, e, também, o deputado Jean Freire.

Eu conversei com o deputado Jean Freire e perguntei: “Deputado, de quanto é a emenda impositiva dos deputados estaduais em Minas Gerais?” Ele, que é deputado do PT, respondeu: “São 10 milhões de emendas impositivas; e mais 3,5 milhões de emendas impositivas de bancada”.

Portanto, os deputados estaduais de Minas Gerais têm 13,5 milhões de emendas impositivas. Detalhe, o deputado Jean Freire, que é, repito, do PT, falou: “Robinho, sou opositor ao governador de Minas Gerais, e ele paga as emendas”. É um respeito que o governo de Minas Gerais tem com os deputados, o que não acontece aqui na Assembleia da Bahia.

Mas, por incrível que pareça, hoje o nosso líder Rosemberg falou que é antidemocrática a questão de emenda impositiva, que não é obrigação de deputado.

Vou propor, então, acabar com esse negócio de emenda impositiva. Acho mais justo acabar com isso, porque aí os deputados deixam de ser enganados, ou seja, acaba essa situação de o governo fingir que paga, e os deputados fingirem que recebem as emendas.

Como alguns dizem “ah, Minas Gerais é um estado rico”, vou dar o exemplo do Maranhão, que é um estado de poucos recursos. Lá as emendas impositivas são de 6 milhões e são pagas, Paulo Câmara.

Por outro lado, devo dizer que tenho uma admiração muito grande pelo professor Raimundo, mas eu também admiro a coragem da inversão de valores no discurso dele. Ele critica o presidente, que mandou quase 12 bilhões de investimento para a área da Saúde do estado da Bahia, mas não diz que nenhum município recebeu repasse. E aí diz que morreram não sei quantas pessoas.

Perguntaria ao nosso colega Zé Raimundo: quantas pessoas morreram por causa da falta dos 300 respiradores? O dinheiro foi gasto, mas nenhum respirador chegou. O que será isso?

Vamos parar com essa inversão de valores, vamos parar com a hipocrisia desse discurso de querer colocar a culpa nos outros, esquecendo-se do que você é.

Mas o problema dos respiradores não foi do governo do estado. A culpa foi do secretário demitido... Como é o nome dele?

O Sr. Paulo Câmara: Bruno Dauster.

**O Sr. ROBINHO:** Isso, foi culpa de Bruno Dauster.

O problema da segurança também não é do governo do estado; a culpa é de Bolsonaro. A culpa do problema da educação não é do governo do estado, é dos prefeitos. Assim fica muito fácil. Os louros são benesses do governo; já a culpa pelos desmandos é sempre de alguém.

Eu não tenho a sua capacidade, Prisco, de falar da segurança, porque você vive isso. No interior da Bahia tem cidades que estão tendo toque de recolher. Isso é falta de investimento, falta de compromisso. Os policiais têm mais de 7 anos que não recebem aumento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) assim como os professores.

Enfim, é um governo sem compromisso com a educação e sem compromisso com a saúde.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada estadual Olívia Santana, do PCdoB.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Por 10 minutos, deputada Olívia Santana.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, quero aqui cumprimentá-lo, presidente, e dizer da minha alegria por V. Ex.<sup>a</sup> estar assumindo a Presidência desta Casa. Quero também cumprimentar o deputado Adolfo Menezes, que vai ter em seu currículo a honra de ser, por 15 dias, governador da Bahia, enquanto V. Ex.<sup>a</sup>, pelo mesmo período, tem a honra de presidir esta Assembleia Legislativa da Bahia.

Presidente, eu venho a esta tribuna para expressar a minha indignação, o meu grito de socorro, de alerta por mais um feminicídio ocorrido no nosso estado, na nossa Salvador, a capital baiana.

Quero expressar a minha solidariedade à família de Kezia Stefany da Silva Ribeiro, mais uma vítima de feminicídio, numa ação brutal proferida por aquele que deveria ser o seu namorado, o seu ser de expressão de amor, de companheirismo, mas que, na verdade, se transformou no seu algoz, no seu assassino. Chocou a cidade de Salvador e repercutiu em todo o estado o fato de o advogado criminalista Luiz Meira ter disparado, durante um desentendimento com a sua namorada, um tiro que lhe tirou a vida.

Não é mais possível assistirmos a situações como essas, Sr. Presidente. Mulheres são mortas como se fossem baratas. Essa cultura misógina, patriarcal, que consolidou valores de superioridade de homens na relação com as mulheres, precisa ser desmontada, precisa ser superada.

Nós temos de enfrentar esse desafio. É por isso que o movimento de mulheres luta para que as escolas ensinem, sim, homens a respeitarem mulheres; crianças a compreenderem que menino não é superior à menina; enfim, ensinem que nós somos complementares. Isso precisa ser difundido através da reeducação da sociedade baiana.

E nos chocou mais ainda, depois da vida perdida, ver a vitimização do algoz de Kezia. Preso em flagrante, ele vai cumprir prisão domiciliar. Isso, na verdade, é um privilégio. O fato de ele ser um advogado criminalista, em vez de lhe render privilégios, deveria ser um agravante, já que conhece a legislação profundamente. Ele, mais do que outros, teria de ter mais atenção à lei, buscando garantir o princípio dos direitos fundamentais. E o nosso direito maior é o da vida.

Esse advogado rasgou a sua carteira, rasgou a Constituição. Antes de tudo, rasgou os princípios morais, a ética e a sua própria humanidade ao tirar a vida de uma menina de 21 anos.

Não vamos nos acostumar a isso. Sempre gosto de citar o que nos ensinou Paulo Freire: nunca perder a capacidade do espanto. E esse feminicídio nos espanta, nos causa indignação.

É fundamental, Sr. Presidente, que seja aprovada a matéria que tramita nesta Casa para a criação, líder Rosemberg, de um fundo estadual de enfrentamento à violência contra mulheres.

Essa matéria não é aprovada por ter sido introduzida aqui por uma parlamentar, a deputada Fabíola? Mas desde 2015, quando eu era secretária, nós articulamos com a deputada Neusa e com outras tantas, no diálogo com o movimento de mulheres. A Bahia precisa de um fundo estadual de enfrentamento à violência. Se essa matéria não é aprovada por ter vício de origem, por ser de uma deputada, então é preciso que o Executivo a encaminhe, assim como encaminhou o projeto para a criação do Funtrad, que é um fundo que tem trazido resultados importantíssimos para o estado da Bahia ao financiar projetos. Ele foi modelado em parceria com Ministério Público do Trabalho, e o governo só ganhou com a sua implementação.

A mesma ação pode acontecer em relação a esse fundo de enfrentamento à violência contra mulheres. A Bahia pode instituir e inovar.

Depois da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a presidenta Dilma já estava preparada para criar esse fundo. Infelizmente, ela foi golpeada, perdeu o cargo e não pôde criá-lo.

E agora nós não podemos esperar nada desse presidente Bolsonaro, que é um genocida, sim! É um presidente que deixou mais de 600 mil pessoas irem a óbito. Isso não pode ser normalizado por nenhum de nós deputados e deputadas. Ninguém que tenha o mínimo de decência pode justificar o que é injustificável.

Nós temos no Brasil um governo desumano. E a desumanidade de Bolsonaro favorece esse tipo de atitude, tendo em vista que fica fazendo propaganda em favor de armas, flexibilizando o porte de armas.

É o segundo advogado que mata uma pessoa numa discussão. Teve um advogado que, há alguns meses, matou um barbeiro dentro de um restaurante, exatamente fazendo provocação à companheira do rapaz, e depois, na discussão, matou o rapaz. Por quê? Porque tinha porte de arma, porque estava armado. Agora esse namorado, um advogado criminalista também com porte de arma, vai lá e atira na sua companheira. O que é isso? Isso é obra, sim, deste governo, este desgoverno, este desgoverno genocida.

Eu tenho que saudar, sim, o resultado do relatório da CPI. O relatório tem fartas provas, fartas evidências da leniência do governo. O governo trabalhou pelo vírus, o governo trabalhou para tirar vidas, o governo fez experiências com vidas humanas, assim como fez, como aconteceu, a gente só viu isso, só viu algo assim na época de Hitler. E este governo tem inspiração nazista abertamente assumida, assumida essa inspiração quando a gente vê as atitudes do governo flertando com lideranças do partido nazista, trazendo essas lideranças para entrar no palácio.

É assim que é este governo horrendo que nós temos no Brasil, mas nós vamos derrubar este governo na luta de rua. Se a gente não conseguir o impeachment de Bolsonaro, com certeza ele também não se reelegerá, porque o povo brasileiro não nasceu para sofrer esta violência atroz, perpetrada por quem o governa.

Os feminicídios crescem com a liberação de armas no Brasil. As pessoas negras estão morrendo assassinadas todos os dias. Nós temos mais uma vez que lembrar.

E aproveito aqui para destacar e lamentar o assassinato do autor do livro sobre o assassinato de Marielle Franco, o capoeirista jovem, pouco mais de 30 anos, Leuvis Manuel Olivero. Esse rapaz que ousou escrever sobre a morte, o assassinato de Marielle Franco, foi assassinado ontem...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** (...) e este governo não faz nada. Por que Marielle morreu? Quem mandou matar Marielle? Quem mandou matar Leuvis Manuel Olivero. O que é que está por trás de tantos crimes?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** Por que o governo brasileiro não investiga, não vai a fundo? O que é que tem a esconder?

Tem muita podridão por trás desses assassinatos, e nós não vamos sossegar um só momento. Nós exigimos e vamos seguir na luta pela verdade, para que a verdade venha à tona, para que esses criminosos...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** (...) paguem pelos seus crimes. E o maior criminoso que nós temos no Brasil, hoje, é o presidente da República Jair Bolsonaro, este governo fascista que nós não suportamos mais.

Nós queremos o governo da vida, queremos um governo de humanidade. Queremos um governo que mate a fome do povo...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Conclua, deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** (...) que não ofereça fuzil ao invés de feijão.

É triste ver uma legião de mulheres negras, presidente, atacando um carro de lixo, revirando um carro de lixo...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Deputada, conclua, deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** (...) para ver o que poderia ali ser aproveitado, no país...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.<sup>a</sup> já passou mais de 2 minutos.

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** (...) que é o terceiro maior produtor de alimentos.

O Sr. Carlos Geilson: Presidente, é o Grande Expediente?

**A Sr.<sup>a</sup> OLÍVIA SANTANA:** (...) Essa é a grande obra de Bolsonaro. Ficará essa marca, a marca de 55% da população brasileira...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputada. (Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Dos 11 minutos, o deputado Prisco vai falar por 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Fizemos um acordo aqui e ele vai falar por 5 minuto...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Com a palavra o deputado Prisco por 5 minutos.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:** Sr. Presidente, dissemos na fala anterior, em 2014 nos sentamos à mesa com o governo do estado, à época o governador Jaques Wagner, quando foi elaborado um plano de carreira para a categoria, encaminhado para a Casa Civil e que deveria estar nesta Casa para ser votado. E agora o governador do estado encaminha para esta Casa um retalho que não tem nada a ver com aquilo que foi debatido na mesa, que era um plano de carreira para toda a Corporação.

Nós não somos contra o mérito intelectual nem o concurso. Só que aquilo só vai criar uma guerra dentro da própria Corporação entre os policiais mais novos e os mais antigos. Era de bom senso o governo do estado pegar o projeto e finalmente aprovar o plano de carreira da Corporação, porque assim dará uma ascensão profissional a todos os policiais, e aí, sim, ele poderá fazer o concurso que agrada a



todos os lados; e não encaminhar um projeto como esse que é ruim para a Corporação, neste momento que a Corporação está vivendo. São 7 anos sem reajuste salarial.

Enquanto tudo aumentou, a nossa Bahia, infelizmente, é o único estado brasileiro que não aumenta o salário do servidor público em geral. E está aí o retrato da violência que está neste país, neste estado especificamente, com 7 anos, um total desestímulo do policial militar que simplesmente não tem como produzir nessas condições. E aí vem um projeto desse que, ao nosso modo de ver, não traz benefício nenhum para a Corporação. Vai criar, sim, um conflito interno.

Então, peço aqui ao líder do Governo que negocie com o governo, que traga realmente um ganho real para a Corporação, que é o projeto de plano de carreira para a Corporação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu falarei por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Por 5 minutos, deputado Rosemberg Pinto.

**O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, imprensa, servidores, servidoras, primeiro, parabenizar o deputado Paulo Rangel que assume a Presidência desta Casa até o retorno do presidente Adolfo Menezes, que também assume uma tarefa significativa de interinamente ser o nosso governador do estado da Bahia até o dia 29 de outubro. Desejo aos dois muito sucesso, espero que Adolfo tenha deixado uma caneta muito cheia, da mesma maneira que o governador Rui Costa para Adolfo Menezes.

Mas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, deputado Prisco, o projeto que o governador Rui Costa encaminha, que fala da ascensão de primeiro-sargento, entre

outros, não retira a antiguidade e a ascensão de policiais pelo método atual, inclusive está previsto no projeto de lei. Lógico, eu vou atender o seu pedido, vou voltar a conversar com a Casa Civil para verificar como está o andamento do acesso à assunção de cargos maiores a partir do processo atual.

Eu conversei com o deputado Sandro Régis, ele vai estudar o projeto junto com toda a bancada, nós vamos também. De repente, podemos votar tanto esse projeto quanto o outro projeto da lei anticalote na próxima terça-feira.

Mas eu queria também responder aqui ao deputado Robinho, pois hoje, na Comissão de Finanças e Orçamento, nós empreendemos um debate sobre vários temas, mas ele pautou aqui emendas impositivas.

Eu tenho uma posição conceitual em relação a emendas impositivas. Isso é algo que, na minha opinião, não é do Parlamento. Foi encontrada uma forma de valorização dos deputados federais e depois dos deputados estaduais para que pudessem fazer indicações direcionada às suas bases eleitorais. Isso tira o processo de oportunização de novos parlamentares disputarem os espaços, porque há uma entrega individual de um parlamentar numa execução, em uma determinada cidade, o que não permite que alguém que não tenha essa oportunidade faça, e vira um desequilíbrio do ponto de vista da disputa eleitoral.

Todos nós deputados estaduais, agora, vamos passar por essa situação, pelas emendas que estão acontecendo no governo federal, totalmente descaracterizadas da Constituição e das regras do Parlamento para além do financiamento eleitoral. Foi através dessas emendas... há um repasse para candidatos a deputados estaduais que nós vamos, deputado Sandro, enfrentar esse debate agora no processo eleitoral. Então eu defendo que nós precisamos repensar isso, nós não podemos aceitar isso como uma regra...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do jogo que altera o princípio democrático. E eu defendo conceitualmente isso! Mas também disse: “Já que existe, se tem, e é impositiva, tem

que pagar a todos, independentemente, se é da Maioria ou se é da Minoria”. E os colegas aqui sabem do meu empenho em tentar resolver essa situação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Para concluir, deputado.

**O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO:** (...) eu quero aqui reafirmar isso, dizer que acho que é um debate que nós precisamos ter, porque do jeito que está nós não vamos ter possibilidades de renovação do Parlamento brasileiro, porque a quantidade e a valorização dessas emendas não permitirão novos atores na política representativa, a não ser filhos, amigos que se utilizarão das próprias emendas para assumirem um cargo no Congresso Nacional, replicando nas assembleias legislativas do Brasil inteiro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 24.179/2021, do Poder Executivo.

Para discutir.

Nenhum deputado inscrito.

O Sr. Paulo Câmara: Eu queria falar só no âmbito da CCJ, viu? Eu gostaria só de utilizar o meu tempo, no âmbito da CCJ, como membro titular, na hora que for colher voto.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k. Então V. Ex.<sup>a</sup> já pode...

O Sr. Paulo Câmara: Pronto, então eu gostaria só de fazer meu pronunciamento aqui, Sr. Presidente. Primeiro, parabenizar V. Ex.<sup>a</sup>, V. Ex.<sup>a</sup> fica bem nessa cadeira, não é? Ela lhe cai bem. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta, um esclarecimento, até para saber como eu vou me posicionar diante da Lei Orçamentária Anual, líder Rosemberg, diante do relator.

Cadê o nosso relator?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Paulo Câmara: Deputado Zé Raimundo, por gentileza.

É que é importante, porque a depender da resposta... É só um posicionamento meu, pessoal, com relação a isso. Nada demais, é só uma dúvida.

Cadê o nosso relator José Raimundo?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Se eu puder tirar a dúvida...

O Sr. Paulo Câmara: É porque ele foi o relator, né? E como é que a votação, como vai se votar uma lei orçamentária se o relator não está presente?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, ele estava aqui até agora.

O Sr. Paulo Câmara: Não pode! Aí já começa errado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Poder votar, pode.

O Sr. Paulo Câmara: Pode, claro, mas...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Não tem nada no Regimento que impeça.

O Sr. Paulo Câmara: É... Então eu gostaria de... porque tenho dúvida, é até para a gente saber o posicionamento, é... foi proferida recentemente, Rosemberg, até pelo ministro Fachin, uma decisão para que os governos estaduais, não decidindo dar a recomposição salarial dos servidores, informassem isso na Lei Orçamentária Anual.

Na leitura que o relator José Raimundo fez – eu não me lembro, não me recordo, é por isso que eu tenho essa dúvida aqui presente – eu não o vi citar essa justificativa. Porque nos informes que eu tenho – até dito pelo próprio vice-governador João Leão – o Orçamento da Bahia cresceu quase 43% de 2014 para cá; a arrecadação do ICMS, quase 64%. A Bahia, nesse último quadrimestre, teve um acréscimo de receita de 9,2% em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado, tudo dados da Receita, da Secretaria da Fazenda. E o estado deverá ter, em 2021, um superávit de R\$ 4 bilhões.

Então a pergunta que eu faço: consta na Lei Orçamentária Anual a justificativa do Sr. Governador para a não recomposição salarial do servidor? Se sim, eu gostaria de saber; se não, também, para saber como será o meu posicionamento.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olhe bem, é que nós estamos votando a LDO, que são as diretrizes.

O Sr. Paulo Câmara: Eu sei.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É no Orçamento que nós vamos tratar...

O Sr. Paulo Câmara: Não, é nessa agora, é nas diretrizes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não!

O Sr. Paulo Câmara: É nas diretrizes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nas diretrizes há os percentuais para o Legislativo, para o Executivo, para o Judiciário e Ministério Público.

O Sr. Paulo Câmara: Mas consta nas diretrizes agora? Eu não me recordo, por isso eu tenho essa dúvida.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não... Eu também...

O Sr. Paulo Câmara: Eu gostaria de saber do relator só essa informação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Porque eu entendo...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Infelizmente o relator não está aqui, nós não vamos ficar também nesse...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É, mas já foi lido. Eu entendo, deputado Paulo...

O Sr. Paulo Câmara: Não, ele não leu, ele pulou páginas.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu entendo... eu entendo... Ele leu o relatório todo. É...

O Sr. Paulo Câmara: Não, não leu.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Leu, leu, leu.

O Sr. Paulo Câmara: Eu estava aqui. Não leu.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Leu todo o relatório.

O Sr. Paulo Câmara: Eu estava presente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Leu o relatório, e foi pedido vista.

O Sr. Paulo Câmara: Ele se esforçou... Espere aí, minha gente, eu estava aqui na sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo uma avaliação de mérito da leitura.

O Sr. Paulo Câmara: Não, não, não, não! A gente até compreende que você lê várias páginas... Eu não estou dizendo que ele não leu por má vontade, não. Pelo contrário, eu não faço isso. Eu brincava com Rosemberg aqui até para acelerar. Eu não tenho essa postura, mas ele leu de maneira... os capítulos que ele achava mais importantes. Não leu o relatório de todas as páginas.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas é porque a lei, me permita discordar, deputado Paulo, é que a LDO não é o espaço para o desenvolvimento de reajuste salarial dos servidores...

O Sr. Paulo Câmara: Sim, mas já sinaliza.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não! A sinalização é o percentual. Em cima do percentual, a depender do superávit, é que no Orçamento nós podemos fazer essas deliberações, até porque eu tive essa preocupação que V. Ex.<sup>a</sup> teve em relação à Casa Legislativa. Acabei de conversar com Geraldo sobre isso, é que o percentual para a Assembleia Legislativa se mantém o mesmo, porém, há um acordo judicial na Casa que vai impactar no próximo ano em R\$ 38 milhões a mais. E eu tive esse cuidado de discutir.

Então, não é nesse quesito que nós iremos fazer essa alteração, e, sim, no Orçamento.

O Sr. Paulo Câmara: Mas é o indicativo.

Bom, como a gente não vai ter resposta porque o nosso relator não está aqui, eu compreendo a posição do líder, então, Sr. Presidente, eu vou me abster e não vou votar, pela primeira vez, na Lei de Diretrizes, por esse motivo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): O.k.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam da forma como se encontram. (Pausa)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Aprovado com abstenção...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Aprovado... Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: A Oposição irá votar contra, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): Hein?

O Sr. Sandro Régis: A Oposição irá votar contra.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel Lula da Silva): A Oposição vota contra.

Contando os votos da Oposição como contra.

Então, para discutir em Plenário.

Nenhum deputado inscrito.

Em votação em primeiro turno. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários da Oposição.

Eu vou convocar agora uma sessão para 1 minuto depois dessa Vou encerrar esta sessão e convocar uma nova sessão para 1 minuto após essa.

Então, encerrada a votação em primeiro turno.